

INDÍGENAS
DO
BRASIL

RONALDO LIDÓRIO
(ORG.)

INDÍGENAS DO BRASIL



Copyright © 2005, Editora Ultimato

Primeira Edição: *Abril de 2005*

Revisão: *Noemi Soares Ferreira*

Diagramação: *CompSystem – Digitação e Diagramação Ltda*

Capa: *Magno Paganelli*



PUBLICADO NO BRASIL COM AUTORIZAÇÃO
E COM TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

EDITORIA ULTIMATO LTDA
Caixa Postal 43
36570-000 Viçosa, MG
Telefone: 31 3891-3149 — Fax: 31 3891-1557
E-mail: ultimato@ultimato.com.br
www.ultimato.com.br

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

139
2005

Índigenas do Brasil ; avaliando a missão da igreja /
Ronaldo Lidório, organizador. – Viçosa, MG : Ultimato,
2005.

272p. : il. ; 21cm

Inclui bibliografia

ISBN 85-86539-79-1

1. Igrejas protestantes - Missões - Brasil. 2. Índios da
América do Sul - Missões - Brasil. 3. Evangelização. I.
Lidório, Ronaldo, 1966-.

CDD 20.ed.266.00981

SUMÁRIO

Prefácio, <i>Ronaldo Lidório</i>	7
CAPÍTULO 1 – 500 anos em busca de dignidade, ética e cidadania nas relações interétnicas, <i>Silas de Lima</i>	13
CAPÍTULO 2 – A cultura indígena e a necessidade do evangelho, <i>Henrique Terena</i>	31
CAPÍTULO 3 – A responsabilidade da Igreja frente à evangelização indígena, <i>Edson Cezar da Silva</i>	41
CAPÍTULO 4 – Uma palavra à Igreja de Cristo no Brasil, <i>Enoque Faria</i>	53
CAPÍTULO 5 – O desafio da evangelização dos povos indígenas brasileiros, <i>Paulo Bottrel</i>	63
CAPÍTULO 6 – Sobre a necessidade de se reinventar a roda, <i>Bráulia Ribeiro</i>	71
CAPÍTULO 7 – Ensaio sobre a obra missionária, <i>Edward Gomes da Luz</i>	87
CAPÍTULO 8 – Política indigenista na perspectiva da <i>missio Dei</i> , <i>José Carlos Alcantara</i>	103
CAPÍTULO 9 – Ética, prática missionária e indigenismo: a integridade e a verdade como paradigmas, <i>Carlos Antônio de Siqueira</i>	119

CAPÍTULO 10 – Suicídio e contextualização na tribo Suruwahá: uma aplicação da abordagem missiológica C5, <i>Márcia Suzuki</i>	125
CAPÍTULO 11 – O messianismo existencial Xerente, <i>Rinaldo de Mattos</i>	141
CAPÍTULO 12 – Índios evangélicos no Brasil holandês, <i>Francisco Leonardo Schalkwijk</i>	157
CAPÍTULO 13 – Escolas indígenas e educação especial, <i>Isabel Murphy</i>	173
CAPÍTULO 14 – Tradução bíblica numa sociedade minoritária, <i>Robert A. Dooley</i>	189
CAPÍTULO 15 – Traduzindo a Bíblia para povos indígenas, <i>Norval Oliveira da Silva</i>	205
CAPÍTULO 16 – Índios isolados: proteção, exclusão ou dominação?, <i>Onésimo Martins de Castro</i>	217
CAPÍTULO 17 – Aspectos jurídicos sobre a liberdade religiosa dos povos indígenas, <i>Augusto Ventura</i>	233

ANEXOS

Código de Ética Missionária	247
Estatística comparativa das tribos indígenas brasileiras – 1995 a 2003	249
Listagem simplificada das tribos indígenas brasileiras – março de 2003	250
Organizações evangélicas que atuam entre povos indígenas brasileiros	261
Materiais sobre os povos não-alcançados	269
Sites da internet sobre a questão indígena	271

PREFÁCIO

Este projeto literário nasceu do sonho de muitos. Pretende expor com palavras uma parcela do pensamento evangélico brasileiro em relação à sociedade indígena nacional e, assim, levar-nos a pesar valores e avaliar nossa história.

O movimento evangélico é aqui bem descrito, com a autoridade de quem pensa e também faz. Os dezoito autores que contribuíram para este livro são homens e mulheres capazes e íntegros, os quais abertamente têm fomentado idéias em relação ao universo cultural indígena, por vezes tão excluído do Brasil maior.

Em 1573 o frei Ernesto Fonseca, de origem portuguesa, analisando os habitantes do novo país conquistado pela força de sua nação, afirmou:

[...] além de contrários ao trabalho e disciplina de qualquer tipo, seguem práticas tão pagãs e alheias a Deus que se torna improvável que tenham uma mente evoluída que possa compreender a salvação, ou serem dignos dela.¹

Nos últimos 500 anos o pensamento coletivo brasileiro não mudou a ponto de gerar uma diferença visível em termos de abordagem e interação com o indígena e sua sociedade. No cenário leigo o índio ainda é visto por alguns como selvagem, por vezes como herói, ignorante ou, ainda, como representante de uma cultura superior e

pura. Poucos pararam para escutá-lo nos últimos cinco séculos, e havia muito a ser dito.

No meio acadêmico fala-se sobre a desmistificação da identidade indígena. Creio que precisamos primeiramente desmistificar a nós mesmos, repensar nossas expectativas em relação a essa sociedade com a qual convivemos por séculos sem compreendê-la, e passar a interpretá-la de forma igualitária na dignidade e respeitosa nas diferenças.

Calcula-se que havia 1,5 milhão² de indígenas no Brasil do século 16, os quais, irremediavelmente, somam hoje não mais de 350 mil. Infelizmente essa realidade etnofágica vai muito além das estatísticas e das palavras, pois é composta por faces, vidas, histórias e culturas milenares, as quais têm sofrido ao longo dos séculos a devassa dos conquistadores, a forte imposição socioeconômica e perdas sociais tremendas. Permita-me redefinir os termos desta afirmação. Os conquistadores não são os outros. Somos nós.

A sociedade indígena ainda vive hoje sob o perigo de extinção. Não necessariamente extinção populacional, mas igualmente severa, quando se perde língua, história, cultura e direito de ser diferente e pensar diferente convivendo em um território igual.

Segundo Lévy-Strauss, a perda lingüística é um dos sinais de declínio de identidade étnica e decadência de uma nação.³ Ao observarmos tal sinal, percebemos quão desolador é o cenário. Michael Krauss afirma que 27% das línguas sul-americanas não são mais aprendidas pelas crianças.⁴ Isso significa que um número cada vez maior de crianças indígenas perde seu poder de comunicação a cada dia. O problema tem razões diferenciadas, que vão desde a imposição socioeconômica nas etnias mais próximas dos vilarejos e povoados até a falta de uma proposta educacional na língua materna, fazendo os

índios migrarem para a língua portuguesa. Krauss nos adverte que fato semelhante ocorre em diversas partes do globo onde não há critérios intencionais para a preservação lingüística.⁵

Aryon Rodrigues estima que, na época da conquista, eram faladas 1.273 línguas,⁶ ou seja, perdemos 85% de nossa diversidade lingüística em 500 anos. Luciana Storto chama a atenção para o Estado de Rondônia, onde 65% das línguas estão seriamente em perigo por não serem mais aprendidas pelas crianças e por terem um ínfimo número de falantes.⁷

Precisamos perceber que a perda lingüística está associada a perdas culturais complexas, como a transmissão do conhecimento, formas artísticas, tradições orais, perspectivas ontológicas e cosmológicas. No processo de transição, quando a língua materna cai em desuso, normalmente há o que podemos chamar de “geração perdida”: um vácuo cultural atinge uma geração inteira. Ou seja, no processo de perda lingüística e migração para o português, os grupos indígenas passam por um processo de adaptação quando já não têm mais fluência na língua materna nem aprenderam o suficiente o português para uma comunicação mais profunda. Tal processo em média não dura menos que três décadas. Esse é um momento de perigo, em que a identidade indígena é autoquestionada e muitos valores e, sobretudo, seu poder de comunicação e transmissão de conhecimento são perdidos. Perdem-se também os sonhos.

Na tentativa de repensar a realidade de nossos irmãos indígenas é preciso filtrar a informação sobre a atuação missionária evangélica em relação a eles. A contribuição evangélica, na tentativa de relacionamento com a sociedade indígena nacional, teve início com a influência holandesa no

século 16 e permanece hoje representada por um grande número de organizações que tentam reduzir os prejuízos sofridos. Isso se traduz em um sem-número de biografias daqueles que deram a vida, na impossibilidade de darem mais, para minimizar alguns dos efeitos do extermínio social indígena de séculos.

Dentro de um vasto universo de ações sociopolíticas percebemos que a força evangélica missionária se destacou especialmente em três áreas: preservação lingüística (com a escrita e conseqüente preservação de diversas línguas, dentre as quais 42 já foram analisadas e dispõem de expressiva literatura em seus próprios idiomas, além de dezenas de outras em que projetos lingüísticos estão em andamento); educação (tanto na língua materna, com forte destaque, quanto na educação formal em programas governamentais); e saúde (tanto de base, nas comunidades, quanto também organizacional, em clínicas e hospitais). Permita-me pontuar: o evangelho jamais será motivo de alienação social ou imposição de credo. É, ao contrário, motivação para uma contínua tentativa de se recuperar as perdas humanas nos segmentos mais sofridos.

É certo, porém, que essa consciência humanitária e evangelical ficou durante décadas resumida às organizações especializadas e não atingiu a igreja brasileira em sua extensão. Assim, por anos assistimos às injustiças mais profundas contra a sociedade indígena sem nutrirmos sentimento algum de revolta ou ao menos desconforto. Era um mundo à parte, responsabilidade de outros; a dor dos sofridos não era nossa luta.

Este livro vem revelar a vocação evangélica para se importar, e espero que cumpra a sua missão em muitas vidas. Vem também expor algumas das barreiras que enfrentamos no cumprimento do nosso papel, além de

reconhecer diversas limitações que temos. Mas, acima de tudo, é uma convocação – uma convocação para percebermos que há vários universos sociais paralelos neste país. Um deles é a sociedade indígena. Há muito a ser feito, mas podemos começar com o primeiro passo: nos importarmos.

*Ronaldo Lidório
Fevereiro de 2005*

Notas

1. FONSECA, Ernesto. *Breve história da colonização*. Lisboa: Lusitana, 1897.
2. Antropólogos da Associação de Linguística Aplicada do Brasil falam em 5 milhões.
3. Levy-Strauss. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1970.
4. KRAUSS, Michael. “The world’s languages in crisis”. *Language* 68. 1992.
5. Dialogue on Language Diversity, Sustainability and Peace. In: CONGRESSO LINGUAPAX, Barcelona, maio 2004 [www.linguapax.org].
6. RODRIGUES, Aryan. *Línguas indígenas – 500 anos de descobertas e perdas*. São Paulo: Delta, 1993.
7. STORTO, Luciana. “A report on language endangerment in Brazil”. In: BOBALJIK, Jonathan D., PENSALFINI, Rob, STORTO, Luciana Storto. ed. *Papers on Language Endangerment and the Maintenance of Linguistic Diversity*. The MIT Working Papers in Linguistics. v. 28. 1996.

Ronaldo Lidório atuou durante 9 anos entre os Konkomba e os Chakali, no norte de Gana, na África, como plantador de igrejas, tradutor bíblico e coordenador de programas sociais nas áreas de saúde e educação. É doutor em antropologia pela Royal London University e autor de vários livros. Atualmente desenvolve projetos de abordagem sociocultural na Amazônia brasileira.

CAPÍTULO 1

500 ANOS EM BUSCA DE DIGNIDADE, ÉTICA E CIDADANIA NAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS

SILAS DE LIMA

Vi ainda todas as opressões que se fazem debaixo do sol: vi as lágrimas dos que foram oprimidos, sem que ninguém os consolasse; vi a violência na mão dos opressores, sem que ninguém consolasse os oprimidos [...] vi que todo trabalho e toda destreza em obras provêm da inveja do homem contra o seu próximo. (Eclesiastes 4.1,4)

O índio no contexto nacional

A situação do índio é complexa. Por um lado, ele vive uma época de certa tranquilidade e privilégios em nosso país. A taxa anual de crescimento demográfico é de 3,5%, enquanto que a taxa nacional está estacionada em 1,3%. No Brasil, a população indígena atual é de 390 mil, dos quais, 30 mil vivem no asfalto, segundo levantamento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).¹ Em muitos casos, a assistência ao índio é bem melhor do que aos colonos e à população rural. As novas áreas de terra indígena demarcadas com participação de ONG's internacionais são muito extensas.² Por outro lado, o índio brasileiro enfrenta problemas difíceis, sendo que, desses, os dois básicos são:

Primeiro, o maior deles, a ausência de ética e dignidade no tratamento que lhe é dispensado. É em decorrência disso que ocorrem massacres, etnocídio, grilagem de suas terras, desleixo na assistência, desvio de recursos, abuso do índio no narcotráfico, vícios, inclusive com drogas, e outros problemas. O segundo grande problema é o assistencialismo e o paternalismo que, conforme o senhor Márcio Lacerda, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estão levando o índio à miséria.

Achei fascinante estudar a complexidade das relações interétnicas, focalizando o lado do índio. Abranger, no entanto, de forma exaustiva, esse tema requereria historiar bem detalhadamente, desde os primórdios do Brasil até hoje, o que foge ao alcance deste texto. Espero que essas considerações nos façam conscientes de uma dívida ética e moral que temos com os povos que não têm sido tratados condignamente. A declaração de um líder indígena bem conceituado sintetiza o que estou querendo expressar: “Querem decidir por nós sem conhecer a nossa vontade”.³

Para entender melhor o etnocentrismo, citamos Laraia: “O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como conseqüência a propensão de considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural”.⁴

Jean de Léry foi um dos missionários calvinistas franceses que veio na caravana de Villegagnon, no século 16. Lendo seu relato, percebe-se que foi uma pessoa com muita sensibilidade no trato com o ameríndio. Pela apreciação com que descreve os costumes dos índios do século 16, mesmo os antropófagos Tupinambá, podem-se perceber a admiração e o respeito com que os tratou. Se a colonização do Brasil tivesse sido compartilhada por missionários calvinistas do sentimento humano e sensibilidade de

Lery, teria sido bem diferente a sorte dos povos indígenas brasileiros.⁵

Há dois extremos a evitar: de um lado, a visão romântica do índio, a concepção *rousseauniana*, como diz Darcy Ribeiro, concebendo-o com uma aura de inocência e pureza angelical; de outro lado, a rejeição ao índio como um ser bizarro, também igualmente errônea.

Assistencialismo, uma sutil destruição da autonomia indígena

Soube de um grupo indígena que estava (e provavelmente está) recebendo duas cestas básicas mensais: uma da prefeitura e outra do Estado. Que tristeza! É lastimável a miséria. Mas o grupo tem grande extensão de boa terra.

Os índios politizados já aprenderam a fazer o *lobby* do esquema. Esse favoritismo politiquês está inclusive deturpando a sua cultura: quem aufere status de cacique é quem consegue trazer dinheiro de Brasília. Interessante texto publicado pela Veja mostra a força do assistencialismo.⁶ Outro desequilíbrio, fruto de uma forma de assistencialismo, é o fato de muito se falar nos direitos do índio mas não se lhe apresentarem deveres.

A constante busca de dignidade e cidadania

De forma um tanto simplista podemos, em nível pessoal, chamar esse sentimento de brio, dignidade. Do ponto de vista coletivo, isso poderia ser chamado de cidadania. E, numa abrangência internacional, poderíamos chamá-lo de soberania. O índio sempre fez questão de manter o seu brio e dignidade. Até mesmo nas relações belicosas, demonstrou jamais querer perder a sua dignidade.

Os maus-tratos de nossa parte deixam o índio com um sentimento de inferioridade e impotência, sentindo-se menor no relacionamento com o não índio. Em um pequeno texto que escrevi, comento o seguinte: “Na prática, todo ato que subestima ou diminui a dignidade do outro está longe de ser um relacionamento cristão; e nem mesmo é socialmente sadio”.⁷

O dicionário *Aurélio* define cidadania como característica do “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” (ver vocábulo *cidadão*). Já o *Dicionário Jurídico Brasileiro* especifica: “Vínculo político que liga o indivíduo ao Estado e que lhe atribui direitos e deveres de natureza política”.

Cidadania & integração

Cidadania pressupõe participação e participação se efetiva com integração. Muitos têm cautela com o termo integração, mas ele não pressupõe aniquilamento da autonomia. É necessário haver interação entre universos culturais distintos para que haja um relacionamento respeitoso e recíproco entre estes.

Embora o discurso antropológico, às vezes, pareça conduzir a uma forma de segregacionismo, os mais realistas defendem a necessidade de integração.

“Os índios reclamam, entre outros, seus direitos coletivos sobre suas terras, direitos a decidirem sobre o seu futuro, e a participarem das decisões que os afetam”.⁸ No Fórum dos 30 anos de FUNAI, em 1997, Roberto Cardoso de Oliveira, em sua brilhante exposição, sugere uma melhoria do diálogo interétnico.⁹ Cardoso de Oliveira cita a expressão de um líder Terena, o Capitão Timóteo: “O que nós queremos é aprender o regulamento dos civilizados”.¹⁰

Cidadania & poder tutelar

O poder tutelar parece ser bom como princípio, mas a prática dessa função tem criado muitas atitudes prepotentes de funcionários que atuam sobre os índios. Numa área indígena, ouvi o chefe do posto dizer: “Aqui neste posto eu mando e desmando; eu sou juiz, prefeito, delegado e tudo mais – tudo tem de passar pelo meu controle”. Segundo vários autores, essa tutela é, muitas vezes, um ato de dominação paternalista.¹¹ Estrangeiros também a criticam. Por exemplo, Allan Campbell:

Era horrível ver caciques como o capitão Wai-Wai e o capitão Renato, ouvindo gritos de um pomposo idiota investido do poder por ser um oficial menor numa organização decadente. Que tipo de poder é esse?¹²

Cidadania & direitos constitucionais & política indigenista oficial

Mesmo que a política indigenista brasileira pretenda que,

Para esses grupos (indígenas), a afirmação do direito ao etnodesenvolvimento e à preservação de sua identidade cultural passam pela garantia dos seus direitos constitucionais, pela posse da terra, pelas condições dignas de vida, e pela conquista de seu espaço político no seio do Estado e da nacionalidade,¹³

na prática tal não tem acontecido. É interessante que as leis, inclusive a Lei 6.001, Estatuto do Índio, estabeleçam como pressuposto dever do Estado aculturar o índio. Porém, a constituição de 1988 reconheceu aos índios os direitos de cidadania. Antes, o Estado ia promover a integração gradativa do índio. Isso era um lado extremista. Depois, com suposto embasamento legal, apregoam

que o índio deve permanecer com sua cultura, querendo ou não. Isso já é outro extremo, igualmente inaceitável. Desse modo, eles usam o novo texto constitucional, principalmente o artigo 231, para dizer que o índio tem de ser cativo de sua cultura. Ora, o que o índio conquistou foi o direito de opção cultural. Ele pode escolher como quer viver sua vida.

Ribeiro expõe seu desejo: “O que urge agora é [...] o indigenismo que exige ou uma unção missionária ou uma vocação científica junto com uma atitude humanística ou uma postura altruísta do tipo dos Villas Bôas”. Mas diz também, coerentemente, que deve ter a participação do próprio índio: “A única coisa que pode salvar os índios são os próprios índios.”¹⁴

Cidadania & manipulações interesseiras

O que muito me aborrece é tentarem manipular o índio e usar o seu nome para levar avante objetivos e interesses pessoais. Hoje em dia, com a proliferação de ONG's internacionais, é o que acontece com muita frequência.

Por este Brasil afora, o índio não pode exercer o livre direito de querer por si próprio; ele tem sido manipulado, coagido ou chantageado por pessoas que defendem outros interesses.

Cidadania indígena & cientificismo acadêmico

Kurt Nimuendaju foi um dos bons etnógrafos que atuou no Brasil. Seu trabalho é muito reconhecido, visto que conviveu bastante tempo com os índios, e o que escreveu expressa uma descrição coerente com a realidade. Mas alguns, indevidamente chamados etnógrafos, passam algumas semanas ou meses junto a um povo e querem

ostentar conhecimento científico. Vários deles têm honrado sua função, mas tantos outros simplesmente exploram o índio em proveito próprio, sem nenhum escrúpulo. Noel Nutels intitulou esses pseudocientistas de “gigolôs de índios”.

Darcy Ribeiro extravasa sua irritação contra essa prática, declarando que “[o] antropólogo [...] vai lá, tira do índio o que é necessário para fazer suas tesezinhas doutorais, para fazer sua carreirinha universitária, mas não quer saber do índio senão para manipulá-lo em favor próprio”.¹⁵

Um etnólogo, ex-funcionário da FUNAI, que verificou a postura aética dos acadêmicos contra os missionários desabafa: “Revoltei-me com a maldita falta de ética da academia em relação às bases de campo das missões e sua magnífica contribuição na área lingüística, educação e saúde”.¹⁶

Ana Gita de Oliveira, por exemplo, tenta denegrir a atividade missionária sob a alegação de que ela apresenta ênfase de noção moralista de trabalho e ensino com teor de “moralidade maniqueísta”, citando um caso em que ocorreu a restauração das condições de vida de um povo, que antes eram péssimas. Felizmente ela usou um exemplo que fala por si próprio dos benefícios alcançados, tornando inócua sua crítica. É um típico exemplo do que disse D. Ribeiro:

De um lado, portanto, não existe um antropólogo, que só pelo fato de ser antropólogo está preparado para assumir tarefas que o missionário assume por razão religiosa ou um indigenista, por uma razão ética.¹⁷

Uma história inglória do trato com os ameríndios

A igreja sempre teve uma posição contrária à escravidão dos gentios. Já em 1537, em algumas diretivas, o papa

Paulo III “condenava a escravidão dos gentios e os definia como *veri homines*, capazes de conversão à fé cristã”.¹⁸

Enquanto sempre subjugados, uma série de leis e regimentos são estabelecidos sucessivamente até culminar no Diretório de 1757 – a mais antiga legislação ampla sobre o trato com os índios no Brasil. Estabelecia que a língua portuguesa tinha de ser imposta, mesmo que não se devia nem mesmo tolerar a língua chamada geral. A cultura e costumes indígenas são chamados, nessa lei, de bárbaros, bizarros, antiprogressistas e de origem diabólica.

Os jesuítas exerceram, em nome da catequese civilizadora, atividades muito questionáveis com os povos indígenas no Brasil. Pombal cometeu algumas injustiças para com estes missionários e, pior, depois da expulsão deles, não propiciou nenhuma melhoria significativa no trato com os índios. Concluindo essa parte, pode-se dizer que os anais históricos da colonização não têm deixado uma boa impressão dos missionários.

As ondas modernas: tendências errôneas e medidas paliativas

O poder público tem tido sempre resquícios do colonialismo no trato com os nativos. Os programas governamentais em prol do nativo têm tido sempre alguma conotação política. Lendo Roberto Cardoso de Oliveira, João Pacheco de Oliveira Filho, Darcy Ribeiro, Manuela Carneiro da Cunha e outros, vê-se que esses demonstram que sempre se percebem atitudes latentes de hegemonia política, econômica, ideológica e social sobre os povos indígenas. Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro classificam de modo semelhante os vários tipos de mentalidade desenvolvidos pelo povo brasileiro em relação ao índio: 1) mentalidade estatística – os que simplesmente valorizam

somente números; 2) mentalidade romântica – os que de longe concebem o nativo poeticamente; 3) mentalidade burocrática – os que estão ocupados com o nativo de uma forma simplesmente rotineira; 4) mentalidade empresarial – os que transformam os postos em colônias agrícolas ou pastoris.¹⁹

Na época do governo militar, houve grande esforço pela integração dos índios à sociedade nacional. A Lei 6.001 estabelece como norma o resguardo à aculturação espontânea. Entretanto, um equívoco questionável foi uma tendência desenvolvida pelo Serviço de Proteção aos Índios, e, depois, pela FUNAI, de pressupor como obrigação do Estado *promover*, quisesse ou não o índio, a sua gradativa aculturação. Essa era a política assimilacionista, que muitos, com razão, criticaram.

Preservação fracionária de uma cultura indígena

Especialmente após a declaração de Barbados, surgiu uma onda de preservações e até mesmo de resgate cultural, principalmente aqui no Brasil. Nesse objetivo, a última tentativa da FUNAI para formular uma lei que regesse as atividades e relações de entidades civis em terras indígenas foi a infeliz elaboração da Instrução Normativa nº 2.²⁰ A pretensão era desenvolver os aspectos sociais do povo indígena mas, ao mesmo tempo, colocar um cabresto nos aspectos místicos e na expressão cultural, como se isso fosse possível. Não sei com que engenharia social eles pretendiam realizar tal façanha, pois, dividir desse modo uma cultura viva, contrariaria todos os pressupostos antropológicos e sociológicos já confirmados.

Felizmente, tanto os evangélicos, como o CIMI e a própria Associação Brasileira de Antropologia (ABA) se manifestaram contra aquele texto. Assim, mesmo que não

tenha havido uma publicação de dispositivo legal posterior revogando aquela IN, a FUNAI não a tem aplicado na prática.

O papel dos missionários

Quando se fala em missionários ao povo indígena, lembra-se logo da ação dos jesuítas e já se forma um preconceito negativo. O movimento intitulado *Survival International* tem sido o mais agressivo em acusar os missionários evangélicos.

Sabe-se que a antropologia cultural deve sua origem à atividade de missionários; porém, na modernidade, essa ciência tem-se posicionado, de modo geral, negativamente ou com reservas quanto ao trabalho missionário. É bom tentar entender as razões desse antagonismo.

Um texto que suscita muitas questões sobre esse assunto é *Lados demais? Fazendo política indigenista no ano 2000 d.C.*” O autor mostra sua perplexidade com o intenso processo de evolução cultural dos povos indígenas. Ele abre o jogo questionando postulados que norteavam a etnologia:

A própria idéia de cultura [...] está sob questão. Nós, antropólogos, já não mais acreditamos nela, pelo menos não mais como dantes. [...] O conceito de cultura foi o principal instrumento de legitimação dos direitos indígenas no país e uma bússola para a orientação política dos antropólogos [...] a nossa bússola não tem mais Norte.²¹

Fausto, em seu artigo, parece colocar tudo sob reavaliação; mas, aleatoriamente, uma coisa continua sendo rejeitada: a atividade dos missionários.

Ora, as suas críticas mais fortes contra os missionários era que sua atividade era nociva à preservação da cultura; mas, excluindo essa, ainda mantém o seu preconceito

ideológico contra a atividade missionária. Vejamos o que ele diz:

A ABA tem uma posição definida quando se trata de missões religiosas: o Estado deve não apenas controlá-las como a política de ingresso deve ser extremamente restritiva.²²

Deu para perceber? A única coisa que eles têm definido é que são contra missionários. Ora, mas devem ter seus bons motivos para isso, ou será que não? Eles não sabem explicar: “... o proselitismo religioso é deletério à [...] a que, exatamente? À cultura? Às tradições? Aos costumes? (ninguém sabe!).”²³

A minha grande pergunta é: Em que a atividade missionária seria nociva à cultura indígena? A preservação cultural que foi a bandeira de luta para os antropólogos não faz mais sentido hoje, uma vez que o próprio nativo não está fazendo caso de “manter uma sagrada tradição milenar”. O que me resta concluir é que eles são contra a atividade missionária sem saber por quê. Não há razões plausíveis, nem explicações lógicas. Resta-nos perceber, como servos de Deus, que há, indubitavelmente, uma ação espiritual invisível por trás dessa oposição. A obra de pregação do evangelho desencadeia oposição dos principais e potestades invisíveis.

Atualmente, inclusive, existe maior respeito pela diversidade cultural. As agências missionárias incluem o assunto no preparo de seu pessoal. Algumas observações de estudiosos têm atestado que os missionários evangélicos têm tido mais êxito no sentido de levar o povo a superar alguns vícios destrutivos copiados da sociedade como o alcoolismo: Ana Gita²⁴ e Expedito Arnoud²⁵ atestaram que ocorre maior superação dos vícios do álcool e fumo

com melhores condições de vida onde atuam missionários evangélicos. Aluizio Cabalzar, antropólogo do Instituto Sócio-Ambiental, testemunhou muita coesão social do povo do alto rio Negro em torno da Bíblia e sua mensagem.²⁶ Ainda pesquisando sobre os Baniwa naquela região, a acadêmica demonstra o grande valor político social das confissões dos crentes na região.²⁷ Não há dúvida de que tudo isso é muito relevante para a qualidade de vida do povo! E mais, há de se reconhecer com louvor que nos últimos anos também os missionários católicos do CIMI têm sido muito atuantes no apoio à luta do índio pelos seus direitos.

Críticas externas: qual o verdadeiro interesse?

Um catedrático escocês da Universidade de Edimburgo, refletindo sobre suas primeiras visitas ao Brasil, critica acintosamente o governo brasileiro e a FUNAI. Discordo da agressividade de sua crítica e suspeito de seus motivos. Mencionadas essas ressalvas ao seu texto, cito-o aqui mais como um exemplo do que é dito lá no exterior sobre o Brasil: “Ao mesmo tempo, enquanto corrupção está sendo descoberta em vários níveis em todos os aspectos da vida política do Brasil e tornam-se ocorrências ordinárias no que a FUNAI faz, eu diria que as piores atrocidades criminosas teriam sido casos isolados.”²⁸

O índio, um cidadão universal?

Em nome da globalização, há um crescente interesse internacional pelas questões indígenas, e vários países ricos têm investido principalmente em demarcações de terras indígenas e em questões ambientalistas. Surgem algumas preocupações com isso: em primeiro lugar, não são questões; e, em segundo, observam-se muitas evidências de interesse desses países ricos na internacionalização da

Amazônia; em terceiro lugar, é o que comentamos acima – perda do respeito pelas instituições governamentais brasileiras.

O Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) é um subprograma do PP-G7, que tem como alvo a proteção ambiental. O PPTAL é um bom exemplo de que o maior alvo dos países ricos é a Amazônia, onde está a maioria das terras indígenas. O Prof. José Armindo Pinto, geólogo, especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, no artigo “Imperialismo Ecológico”, questionava: “A questão ecológica indígena é ou não a ponta de um *iceberg* que camufla um plano de internacionalização da Amazônia?”²⁹ Também o repórter Carlos Chagas, em seu artigo “Querem internacionalizar a nossa Amazônia – Em nome dos índios, ONG’s fajutas criticam o Brasil”, diz:

Organizações internacionais de reconhecidos méritos, em defesa da ecologia e dos direitos humanos, muitas vezes se misturam a organizações fajutas, calhordas, daquelas que servem a interesses escusos do empresariado, pregando a demarcação de terras indígenas e a formação de nações indígenas independentes...³⁰

À guisa de conclusão, podemos dizer que:

A cidadania e dignidade do índio têm esbarrado em vários obstáculos:

- O próprio poder tutelar da FUNAI tem sido grande empecilho à livre manifestação da cidadania indígena.
- A obscuridade das leis brasileiras, no que tange aos direitos do índio e a complexa política indigenista oficial restringem, também, seu direito de cidadão.
- O academicismo científico também tem interferido na questão indígena, muitas vezes de forma segregacionista e lesiva à cidadania deles.

- A questionável intervenção de ONG's internacionais, muitas vezes com segundas intenções, não tem contribuído para a brasilidade do índio.

Esse vozerio destoado querendo representar o índio brasileiro precisa ser ouvido com um ar de suspeita. Teoricamente, se fala em favor do índio, mas, muitas vezes, os verdadeiros interesses são pessoais. Num texto da revista *Eclésia* de maio de 2000, pode-se ler a declaração de um líder indígena bem conceituado, que sintetiza o que estou querendo expressar: “Querem decidir por nós sem conhecer a nossa vontade”.³¹

Os índios não politizados facilmente são vítimas de cooptação por pessoas espertas que sempre obtêm vantagem disso. Nem todos que advogam a causa indígena estão mesmo preocupados com o índio. Talvez seja por causa disso que muitas sociedades indígenas estão organizando suas próprias associações; porém, nem com isso deixarão de ser manipuladas.

Honras sejam feitas a algumas pessoas – cada um nas condições de sua época – que se destacaram pelo tratamento mais humano e digno que dispensaram aos nativos: Kurt Nimuendaju, Cândido Rondon e os Villas Bôas são alguns exemplos disso.

De tudo que se lê na longa história do Brasil, se se quiser ser coerente, justo e honesto, tem-se de reconhecer que, via de regra, quem tem tratado melhor os índios brasileiros têm sido os missionários. Até os jesuítas, apesar de terem forte espírito de dominação colonialista, ainda tratavam melhor os índios do que outros em sua época.

Eu nunca diria – e nem estou dizendo – que todos os missionários sempre têm agido corretamente em sua forma de tratar os índios. Há erros a serem reconhecidos e um caminho a ser percorrido em busca do verdadeiro relacionamento com os índios; um caminho que admita a sua alteridade e

dignidade. O que exponho é que os missionários têm sido mais humanos e compreensivos que outros nessas relações interétnicas.

Falar sobre tratar com dignidade o nativo não quer dizer de forma alguma relevar suas faltas e defeitos, mas sim reconhecer nele a condição de culturalmente diferenciado – mas não inferior a nós –, uma pessoa digna de respeito e honra. Essa é a visão cristã transcultural.

Jesus fez questão de mostrar dignidade no homem caído à margem da estrada, no socialmente rejeitado publicano, na infeliz mulher apanhada em adultério, no órfão, no estrangeiro e em todos aqueles que levavam o estigma de pessoas indignas.

Na realidade, o tratamento digno do nosso semelhante só será possível quando houver a encarnação pessoal e a prática consciente do preceito de Cristo: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Sem essa interiorização, tudo que se fizer pelo próximo será feito tendo em vista algum interesse pessoal.

Coincidência ou não, um metodista, o professor Warwick Estevam Kerr, do Departamento de Genética da Universidade de São Paulo, é um exemplo de humildade e de tratar com honra o saber indígena. Em entrevista com Edílson Martins, ele declara: “Todo índio sabe muita botânica. Quando chego perante um índio, verifico que me encontro à frente de um sábio”.³²

O cristianismo genuíno não rotula negativamente as pessoas, mas dignifica-as como alvos do amor de Deus. Como cristãos, devemos procurar perceber dignidade em nosso semelhante, pois todos fomos criados à imagem e semelhança de Deus. Se o amor de Deus puder nortear as nossas relações com os nativos, há de se ver neles uma nova expressão autêntica que nos envergonhará de nossa mesquinhez.

A história o dirá.

Notas

1. NASCIMENTO, Gilberto. A saga dos Pankararus. *Revista ISTO É*, São Paulo, 19 abr. 2000. FERNANDES, Carlos. O direito de crer. *Revista Eclésia*, São Paulo, maio 2000.
2. Se o governo fosse conceder, aos 390.000 indígenas que atualmente são contados no Brasil, áreas proporcionais a algumas reservas demarcadas nos últimos anos, todo o território nacional seria insuficiente. Veja o quadro abaixo com alguns dados sobre densidade populacional brasileira, conforme publicado em artigo que escrevi em 98:

Brasil em 1500 talvez ?	0,7 hab/ km ²	1,4 km ² /hab.
Brasil hoje – acima de	17,6 hab/km	0,056 km ² /hab.
Área Oiapoque – AP. aprox.	0,74 hab/km ²	1,35 km ² / hab.
Parque Yanomami, RR	0,103 hab/km ²	10 km ² /hab.
Área Waiãpi – AP	0,076 hab/km ²	13,3 km ² /hab.
Área Zo'e – PA – proposta	0,0053 hab/km ²	187,2 km ² /hab.
Área Zo'e – PA – em processo	0,018 hab/km ²	54,5 km ² /hab.
3. FERNANDES, Carlos. Op. cit. p. 29.
4. LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jahar, 1996. p. 75.
5. LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Editora USP. Escrito no século 16, reeditado pela Editora USP, em 1980.
6. JÚNIOR, Policarpo. Factóide na aldeia. *Veja*, 13, maio 1998.
7. LIMA, Silas de. *Assistencialismo versus desenvolvimento autóctone estimulado*. 1999. p. 1, 2. Não publicado.
8. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil – mito, história, etnicidade*. Editora da USP / Belo Horizonte, MG: Livraria Itatiaia, 1986.p. 110, 158, 162,163.
9. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Indigenismo, moralidade e o diálogo interétnico. In: SEMINÁRIO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI. Brasília: FUNAI, 1997. p. 13,14.
10. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Op. cit. 1997. p.13.
11. MARTINS, Edilson. *Amazônia, a última fronteira*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982. p. 225.
12. CAMPBELL, Allan T. *Getting to Know Wai-Wai*. Routledge, 1995. p. 70,71.
13. CARDOSO, Fernando Henrique. *Sociedades indígenas e as ações do governo*. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social – Presidência da República, 1995. p. 6.

14. MARTINS, Edílson. Op. cit. p. 224, 225.
15. Idem. ibidem. p. 222, 223.
16. SIQUEIRA, Carlos Antonio de. *O cristianismo, a ética, a prática missionária e o indigenismo: a integridade e a verdade como paradigma*. Anápolis: ICEB, s/d.
17. MARTINS, Edilson. Op. cit. p. 224.
18. SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 368.
19. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Op. cit. 1978. p. 70-72.
20. MADEIRO, Dinarte Nobre de. *Instrução Normativa*, n. 2, de 8 abr. 1994, publicada no DOU, 15 abr. 1994.
21. FAUSTO, Carlos. Lados demais? Fazendo política indigenista no ano 2000 d.C. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21ª, Vitória, ES, 5-9 abr. 1998. Boletim 030/04 da ABA, Rio de Janeiro, 6 ago. 1999. Comunicação apresentada na mesa redonda *Política Indígena Contemporânea*.
22. Idem.
23. Idem.
24. OLIVEIRA, Ana Gita de. *O mundo transformado: um estudo da cultura de fronteira no alto rio Negro*. Belém, PA: MPEG, MCT/CNPq, 1995.
25. ARNAUD, Expedito. *Os índios Palikur do rio Urucaúá; tradição tribal e protestantismo*. Belém, PA: Museu Emílio Goeldi, 1984. p. 53,54.
26. CABALZAR, Aluizio. A Bíblia na selva. *Véja*, São Paulo, p. 52, 53, 56, 11 fev. 1998.
27. SAMPAIO, Sully de Souza. *Conferências bíblicas: religião e estratégias políticas no mundo Baniwa*. Manaus, AM: Universidade do Amazonas, 2000. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Amazonas.
28. CAMPBELL, Allan T. Op. cit. 1995. p. 69, 79.
29. PINTO, José Armindo. Imperialismo ecológico. *Jornal Hoje Amapá*, Macapá: AP, 26 ago. 1993.
30. CHAGAS, Carlos. Querem internacionalizar a nossa Amazônia. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1997.
31. FERNANDES, Carlos. O direito de crer. *Revista Eclésia*, São Paulo, p. 29, maio 2000.
32. MARTINS, Edílson. Op. cit. p. 206.

Bibliografia

- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- CAMPBELL, Allan T. *Getting to Know Wai-Wai*. Routledge, Inglaterra: 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Sociedades indígenas e as ações do governo*. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, Presidência da República, 1996.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil – mito, história, etnicidade*. Editora da USP / Belo Horizonte, MG: Livraria Itatiaia, 1986.
- GRUPIONI, Luiz Donizete B. *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994.
- Jornal Hoje*, Amapá, 26 ago. de 1993.
- LARAIÁ, Roque de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*. Rio: Jorge Zahar Editora, 1996.
- LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Editora USP, 1980. Escrito no século XVI, reeditado pela Editora USP, em 1980.
- MARTINS, Edilson. *Amazônia, a última fronteira*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.
- NÚCLEO DOS DIREITOS INDÍGENAS. *Os direitos do índio e a Constituição*. Porto Alegre, 1980.
- NOVAES, Washington. O direito que emerge das sombras. Resenha, *Parabólicas*, nº 53, ago. 1999.
- OBRY, Olga. *Catarina do Brasil – a índia que descobriu a Europa*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1945.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Editora Marco Zero, 1987.
- OLIVEIRA, Ana Gita de. *O mundo transformado: um estudo da cultura de fronteira no alto rio Negro*. Belém, PA: MPEG, MCT/CNPq, 1995.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Indigenismo, moralidade e o diálogo interétnico. In: SEMINÁRIO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI. Brasília: FUNAI, 1997. Apostila.
- _____. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- Revista Manchete*, 5 jul. 1997.
- SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. 1976.
- SOUZA, Isaac C. *De todas as tribos; a missão da igreja e a questão indígena*. 1. ed. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 1996.

Silas de Lima é missionário da Missão Novas Tribos do Brasil e da Agência Presbiteriana de Missões Transculturais. Trabalha com plantação de igrejas, tradução bíblica e consultoria na área de tradução.